João Matos Fernandes adverte que situação se mantém apesar da chuva

20 de Outubro, 2017

O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, advertiu hoje em Leiria que a situação de seca em que o país se encontra ainda permanece, apesar de se ter verificado alguma precipitação. “Não consigo dizer que a seca passou”, sublinhou João Pedro Matos Fernandes, à margem do *workshop* Eco.Constrói, que se realiza hoje na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Leiria.

Segundo o ministro, os números de que dispõe, obtidos na quinta-feira de manhã, em termos de recarga de albufeiras indicam que “ainda é muito ténue essa mesma recuperação”. “Estamos a falar de 1% em média nas albufeiras, onde mais faltava a água. Todos os apelos que têm vindo a ser feitos, para que as pessoas consumam água com parcimónia, mantêm-se completamente válidos e ativos. Este é um domínio onde o Governo, como um todo, liderado pelos ministérios do Ambiente e da Economia tiveram uma estratégia muito clara e garantiram que nunca ia faltar a água na torneira de ninguém”, sublinhou João Pedro Matos Fernandes.

O governante acrescentou que apesar de “este ser um problema gravíssimo, que afetou necessariamente as culturas agrícolas”, o Governo “conseguiu dar resposta” às metas “a que se comprometeu” e garantiu que não vai “relaxar” apesar da chuva. Questionado sobre o processo da criação da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas em Leiria, o ministro adiantou “há um conjunto de mudanças que têm que ser feitas na gestão dos efluentes suinícolas”.

“Essas mudanças passam por garantir que o espalhamento nos terrenos é uma técnica que tem que ser acompanhada de análises continuadas no solo, muito para além daquilo que hoje é feito. Temos também que garantir que qualquer transporte de resíduos desses efluentes vai passar a seguir o regime, que é obrigatório para todos, no próximo dia 1 de janeiro, das guias eletrónicas de resíduos”, revelou.

João Pedro Matos Fernandes afirmou ainda que “hoje é muito simples passar a responsabilidade de gerir os efluentes para entidades terceiras”, ou seja, as regras impostas a essas entidades “são muito pouco exigentes”, mas disse que isso “vai mudar”. “Essas entidades que podem gerir os efluentes das suinicultoras têm de ser vistas como entidades gestoras de resíduos, como são aquelas a que já nos habituámos a ver, como a Sociedade Ponto Verde”, concluiu.